



## 7. Gestão Financeira e Patrimonial

### 7.1. Consolidação de balanços e demonstrativos financeiros e patrimoniais

Neste capítulo, são apresentados os Balanços Financeiro e Patrimonial de 2011, bem como a Demonstração das Variações Patrimoniais. Em seguida, são abordados os principais componentes patrimoniais registrados em 31/12/2011 e, quando relevante, as movimentações ocorridas no exercício.

#### 7.1.1. Balanço Financeiro <sup>1</sup>

Visando ao cumprimento do art. 101 da Lei 4.320/64, o Estado de Pernambuco apresentou o seu Balanço Financeiro Consolidado relativo ao Exercício de 2011. A composição deste demonstrativo, apresentada de forma resumida, é a seguinte:

#### Balanço Financeiro Consolidado - Resumo Exercício 2011

Em R\$ 1,00

Receita		Despesa	
Receita Orçamentária	21.246.082.833,31	Despesa Orçamentária	21.515.714.401,12
Receita Extra-Orçamentária	35.202.337.798,63	Despesa Extra-Orçamentária	34.964.484.614,98
Saldo do Exercício Anterior	2.496.197.144,20	Saldo para o Exercício Seguinte	2.464.418.760,04
<b>Total</b>	<b>58.944.617.776,14</b>	<b>Total</b>	<b>58.944.617.776,14</b>

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – 2011, Quadro 12, pág. 282 do Balanço Geral de 2011 (fl. 138v).

Conforme se verifica no Balanço Financeiro, o resultado financeiro do exercício<sup>2</sup> (Saldo para o Exercício Seguinte - Saldo do Exercício Anterior) foi deficitário em R\$ 31.778.384,16. Destaca-se, entre o ano de 2011 ora analisado e o ano anterior (2010), uma variação<sup>3</sup> de 9,06% verificada entre esses dois exercícios.

Tendo em vista que as receitas, as despesas e o resultado orçamentários de 2011 já foram objeto de análise no capítulo relativo à execução orçamentária, a abordagem a ser efetuada neste item se resume aos itens mais significativos das receitas e despesas extra-orçamentárias, e estas se apresentam como segue:

<sup>1</sup> O Balanço Financeiro tem o conteúdo definido pelo artigo 103 da Lei nº 4.320/64. Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, e ainda os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, demonstrando seus efeitos sobre os saldos das disponibilidades provenientes do exercício anterior e os saldos que se transferem para o exercício seguinte.

<sup>2</sup> A forma indireta de aferir o resultado financeiro do exercício é o seguinte: (Receita Orçamentária + Receita Extra-Orçamentária) – (Despesa Orçamentária + Despesa Extra-orçamentária).

<sup>3</sup> Aferida entre as receitas orçamentárias de 2011 e 2010.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

**Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias Consolidadas**  
**Exercício 2011**

**Em R\$ 1,00**

<b>Receitas extra-orçamentárias</b>		<b>Despesas extra-orçamentárias</b>	
Restos a Pagar	774.265.178,73	Restos a pagar	697.634.160,83
<i>Processados</i>	764.022.346,72	<i>Processados</i>	642.066.082,49
<i>Não Processados</i>	10.242.832,01	<i>Não Processados</i>	55.568.078,34
Pessoal a Pagar	100.511.609,13	Pessoal a Pagar	68.498.441,06
Consignações	2.044.325.254,91	Consignações	1.983.844.795,39
Depósitos de Diversas origens	2.109.312.571,11	Depósitos de Diversas Origens	2.048.645.089,59
Valores Pendentes Exigíveis	2.772.250.619,94	Valores Pendentes Exigíveis	2.768.480.690,55
Recebimento Outros Passivos	2.705.535,28	Devolução Outros Passivos	1.968.796,75
Recebam de Ativos Financeiros	7.198.163.446,90	Constit de Ativos Financeiros	7.192.959.753,56
Correspondências de Débitos Internos - UG	7.312.951.893,39	Correspondências de Créditos Internos - UG	7.312.951.893,39
Repasses Recebidos	12.887.225.012,85	Repasses Concedidos	12.887.225.012,85
Outras Inscrições	626.676,39	Outras Baixas	2.275.981,01
<b>Total</b>	<b>35.202.337.798,63</b>	<b>Total</b>	<b>34.964.484.614,98</b>

**Fonte:** Balanço Financeiro Consolidado - 2011, Quadro 12, pág. 282 do Balanço Geral de 2011 (fl. 138v)

As receitas e despesas extra-orçamentárias, em sua essência, representam ingressos e desembolsos que não são de propriedade do poder público, e que apenas transitam pelos seus cofres com a expectativa de serem repassados aos respectivos credores de direito.

Tomemos como exemplo mais representativo a conta de Consignações, caracterizada pelos valores que, por determinação legal ou contratual, são retidos em folha de pagamento<sup>4</sup>, como “desconto” no contra-cheque do servidor. No momento da retenção, são lançados no Passivo Financeiro (surgimento da obrigação de repassar). A sequência desses créditos à conta do passivo produz um total no exercício que é reproduzido como Receita Extraorçamentária de Consignações no Balanço Financeiro do mesmo ano. Por sua vez, quando do repasse desse recurso, pelo Estado, ao credor de direito, esta saída enseja a baixa do valor no Passivo Financeiro do órgão (obrigação deixa de existir). Ato-contínuo, essa baixa de obrigação vai compor o total da Despesa Extraorçamentária de idêntico nome a ser ilustrado no Balanço Financeiro do final do exercício. Ou seja, a retenção do recurso de terceiro culmina sendo tratada como um ingresso financeiro de um novo recurso, e o repasse, como uma saída financeira. Como as retenções na folha de cada competência são normalmente recolhidas dentro do mês seguinte, os valores entre Receitas e Despesas de Consignações no Balanço Financeiro em geral apresentam diferenças entre si, embora quase sempre pouco significativas, como no caso.

O mesmo raciocínio acima é efetuado, com as devidas alterações quanto à natureza dos eventos, relativamente às contas dos grupos Depósitos de Origens Diversas, Valores Pendentes Exigíveis, Recebimento/Constituição de Ativos

<sup>4</sup> No momento da retenção, é “entendido” que o recurso foi entregue ao servidor público (por compor sua remuneração bruta (compondo a despesa orçamentária do órgão pagador) e o servidor entregou o valor ao poder público, gerando ingresso de terceiro, nas contas do poder público (receita extraorçamentária).



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

Financeiros e Recebimento/Devolução de Outros Passivos, as quais, classicamente, compõem o Demonstrativo da Dívida Flutuante da Contabilidade Pública.

Com relação a Repasses Recebidos / Repasses Concedidos, o raciocínio difere um pouco porque a realização de movimentações financeiras internas não movimentam contas do Passivo Financeiro. Na prática, os repasses refletem o volume de recursos que transitou entre Unidades Gestoras do Estado intraorçamentariamente. Não são classificadas orçamentariamente para evitar duplicidades na quantificação de receitas e despesas próprias. Os valores expostos no Balanço Financeiro nas colunas de Receitas e Despesas são sempre coincidentes entre si porque em tais movimentações, a unidade repassadora tem-lhe atribuída uma despesa extraorçamentária, enquanto que à recebedora é atribuída uma receita extraorçamentária de idêntico valor, em operações que sempre acontecem em tempo real (*on line*).

Raciocínio similar é efetuado em relação ao Grupo de Correspondência de Débito Interno (entre as receitas) e Correspondência de Crédito Interno (entre as despesas), sendo a única diferença que, nesse caso, ao invés de o recurso financeiro ser movimentado entre Unidades Gestoras, o que ocorre é o pagamento, por uma UG, de uma obrigação financeira contraída por outra.

No tocante aos Restos a Pagar, sua natureza, seu estoque – no início e no final do exercício sob análise – bem como sua gestão financeira em 2011 serão tratados no item 7.3.1 deste Capítulo.

### 7.1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais<sup>5</sup> do exercício de 2011 é abaixo apresentada, de forma resumida:

#### Demonstração das Variações Patrimoniais - Exercício 2011 (Resumo)

Em R\$ 1,00

Variações Ativas		Variações Passivas	
Result. da Exec. Orçamentária	23.371.796.893,86	Result. da Exec. Orçamentária	24.621.685.231,55
<i>Receitas Orçamentárias</i>	<i>21.246.082.833,31</i>	<i>Despesas Orçamentárias</i>	<i>21.515.714.401,12</i>
<i>Mutações Patrimoniais Ativas</i>	<i>2.125.714.060,55</i>	<i>Mutações Patrimoniais Passivas</i>	<i>3.105.970.830,43</i>
Indep. da Exec. Orçamentária	4.889.237.783,69	Indep. da Exec. Orçamentária	7.277.207.149,55
Interferências Ativas	20.204.098.339,97	Interferências Passivas	20.204.098.339,97
<i>Transf. Financeiras Recebidas</i>	<i>12.887.225.012,85</i>	<i>Transf. Financeiras Concedidas</i>	<i>12.887.225.012,85</i>
<i>Transf. Ñ Financeiras Recebidas</i>	<i>7.316.873.327,00</i>	<i>Transf. Ñ Financeiras Concedidas</i>	<i>7.316.873.327,00</i>
<b>Total das VPA</b>	<b>48.465.133.017,52</b>	<b>Total das VPD</b>	<b>52.102.990.721,07</b>
		<b>Res. Patrim. do exercício</b>	<b>(3.637.857.703,55)</b>
<b>Total da Demonstração</b>	<b>48.465.133.017,52</b>	<b>Total da Demonstração</b>	<b>48.465.133.017,52</b>

Fonte: e-Fisco 2011.

<sup>5</sup> Preferimos reproduzir a versão oferecida pelo e-Fisco, que apresenta as contas de Interferências, com o objetivo de contrapor os valores às contas de Repasses Concedidos/Recebidos e Correspondências de Débitos/Créditos internos, trazidos na parte extraorçamentária do Balanço Financeiro. A versão publicada no Balanço Geral do Estado, por seguir o modelo clássico definido pela Lei 4.320/64 não ilustra as contas de Interferências por serem transitórias e apenas demonstrarem o volume de movimentação interna de recursos (sem alteração de patrimônio).



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

Simplificadamente, pode-se resumir a DVP como a demonstração de resultado econômico dos entes públicos. Nela é reproduzido o resultados financeiro (visualizado no Balanço Financeiro), bem como é apresentado o resultado extra-financeiro (estritamente patrimonial). Da mesma forma, os totais das receitas e despesas extraorçamentárias de Repasses (recebidos ou concedidos) e das Correspondências de Débitos (ou Créditos) internos, ilustrados no Balanço Financeiro, são reproduzidos nesta demonstração no grupo de Interferências (ativas e passivas), sob os nomes respectivos de Transferências Financeiras e Transferências Não Financeiras.

O resultado extra-financeiro (estritamente patrimonial) é concentrado nas mutações (ativas ou passivas) e nas Variações Independentes da Execução Orçamentária.

A junção dos resultados de natureza financeira e extra-financeira produz o resultado do exercício sob a ótica patrimonial, que no caso foi deficitário em R\$ 3.637.857.703,55.

### 7.1.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial Consolidado do Estado de Pernambuco, em 31 de dezembro de 2011, elaborado nos moldes estabelecidos pela Lei nº 4.320/64, apresenta os seguintes dados:

#### Balanço Patrimonial Consolidado do Estado - Exercício 2011

Em R\$ 1,00

ATIVO		PASSIVO	
CONTAS	31/12/2011	CONTAS	31/12/2011
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.707.556.377,72</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>1.594.338.740,59</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>2.375.247.927,16</b>	<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>802.703.902,66</b>
Caixa	967.177,47	Processados	792.147.997,01
Bancos c/Movimento	1.489.552.558,37	Não Processados	10.555.905,65
Aplicações financeiras	862.972.985,73	<b>PESSOAL A PAGAR</b>	<b>100.511.609,13</b>
Bancos c/Vinculadas	21.755.205,59	<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>197.145.392,61</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>332.308.450,56</b>	<b>DEPÓSITOS DE ORIG. DIVERSAS</b>	<b>486.689.620,58</b>
Responsabilidade Financeira	382.271,35	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>7.288.215,61</b>
Créditos a Receber	178.700.954,68		
Invest. Regime Próprio de Previd.	89.170.832,88		
Créditos a Receber de Outras UG's	64.054.391,65		
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>20.251.489.565,57</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>41.371.110.685,17</b>
<b>BENS DO ESTADO</b>	<b>3.481.765.549,44</b>	<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA</b>	<b>5.735.293.631,62</b>
Bens Móveis	1.473.156.665,66	Por Contratos	5.735.293.631,62
Bens Imóveis	1.798.154.309,11	<b>DÍVIDA FUNDADA EXTERNA</b>	<b>545.392.460,26</b>
Bens Intangíveis	5.574.894,07	Por Contratos	545.392.460,26
Almoxarifado	291.429.226,97	<b>PROVISÃO ATUARIAL</b>	<b>34.190.442.626,44</b>
Valores Diferidos	673,77	Provisões Matemáticas Previdenciárias	33.806.378.531,69



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

ATIVO		PASSIVO	
CONTAS	31/12/2011	CONTAS	31/12/2011
Depreciação Amort. E Exaustões	-86.550.220,14	Precatórios	384.064.094,75
		<b>OUTRAS DÍVIDAS</b>	<b>855.780.774,86</b>
<b>CRÉDITOS DO ESTADO</b>	<b>12.732.879.404,11</b>	Financiamentos/refinanciamentos	137.150.422,69
Créditos Tributários a Receber	946.631.730,40		
Dívida Ativa	10.504.391.681,16	Outras Provisões	33.953.556,50
Títulos e valores	130.854.796,26	Outras Obrigações	684.676.795,67
Empréstimo Compulsório	5.398,74	<b>OBRIG. DE EXERC. ANT. A PG.</b>	<b>44.201.191,99</b>
Empréstimos e Financiamentos	96.578.465,49		
Outros Créditos	1.054.417.332,06		
<b>VALORES DO ESTADO</b>	<b>4.036.844.612,02</b>		
Participações Societárias	4.025.903.939,73		
(-) Direito de Tercs. s/ Part. Acion.			
Outros Investimentos	10.940.672,29		
<b>SOMA DO ATIVO REAL</b>	<b>22.959.045.943,29</b>	<b>SOMA DO PASSIVO REAL</b>	<b>42.965.449.425,76</b>
Saldo Patrimonial			
<b>Passivo Real a Descoberto</b>	<b>20.006.403.482,47</b>		
Soma	42.965.449.425,76	Soma	42.965.449.425,76
<b>ATIVO COMPENSADO</b>	<b>1.686.967.810,79</b>	<b>PASSIVO COMPENSADO</b>	<b>1.686.967.810,79</b>
<b>TOTAL</b>	<b>44.652.417.236,55</b>	<b>TOTAL</b>	<b>44.652.417.236,55</b>

**Fonte:** Balanço Geral do Estado 2011, Quadro 13 (Balanço Patrimonial Consolidado) pág. 283 (fl. 139)

O Balanço Patrimonial consolidado levantado em 31/12/2001 reflete o conjunto de bens e direitos (Ativo) e obrigações (Passivo) de titularidade do Estado de Pernambuco, aí incluídas as suas fundações, autarquias e suas estatais dependentes<sup>6</sup>. O Patrimônio Real a Descoberto avaliado em R\$ 20.006.403.482,47 ao término de 31/12/2011 foi obtido após a apropriação do resultado patrimonial negativo do exercício de R\$ 3.637.857.703,55.

O saldo patrimonial negativo acima (passivo a descoberto) é influenciado em maior proporção pelos componentes de baixa liquidez/exigibilidade, dentre os quais os passivos superam os ativos de forma significativa, relação esta que é invertida quando comparados os grupos de maior liquidez/exigibilidade.

<sup>6</sup> Antes da LC 101/2000 somente integravam o Balanço Geral do Estado as contas dos órgãos da administração direta e as fundações e autarquias, não avançando sobre nenhuma das empresas públicas e sociedades de economia mista (estatais). Após esta, também passaram a incorporá-lo as estatais que se caracterizam como “dependentes de recurso do Tesouro”, permanecendo de fora as empresas públicas e sociedades de economia mista (estatais) caracterizadas como não dependentes de recursos do Tesouro, a saber: SUAPE, COMPESA, Consórcio Grande Recife, LAFEPE, CEPE, COPERGÁS e Porto do Recife.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

Nesse contexto, o Balanço 2011 ilustra um Superávit Financeiro<sup>7</sup> de R\$ 1.113.217.637,13, conforme abaixo ilustrado:

Ativo Financeiro (I)	2.707.556.377,72
Passivo Financeiro (II)	1.594.338.740,59
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO (I - II)</b>	<b>1.113.217.637,13</b>

Quando, todavia, são visualizados os componentes de baixa liquidez, por sua vez, tem-se:

Ativo Permanente (I)	20.251.489.565,57
Passivo Permanente (II)	41.371.110.685,17
<b>RESULTADO</b>	<b>21.119.621.120,60</b>

A análise dos principais elementos patrimoniais será adiante efetuada:

## 7.2. Principais Componentes do Ativo

### 7.2.1. Disponibilidades

Conforme Balanço Patrimonial Consolidado do Estado – Exercício 2011, posição de 31 de dezembro de 2011, as disponibilidades do Poder Executivo e dos órgãos do Judiciário, Legislativo e Ministério Público totalizaram o montante de R\$ 2.375.247.927,16, como segue:

#### Disponibilidades dos Poderes e Órgãos em 31/12/11 – Em R\$ 1,00

<b>Órgãos/Poder</b>	<b>Valor</b>
Assembléia Legislativa	46.290.035,93
Tribunal de Contas <sup>1</sup>	31.718.393,67
Tribunal de Justiça	229.729.360,65
Ministério Público	18.228.805,09
Poder Executivo <sup>2</sup>	2.049.281.331,82
<b>Total</b>	<b>2.375.247.927,16</b>

**Fonte:** Balanços Patrimoniais das UGs 010001(AL), 020001(TCE), 070001(TJPE) e 320101(MPPE), constantes do e-Fisco/2011, e Balanço Patrimonial Consolidado 2011, quadro 13 do BGE 2011.

**Nota 1:** Inclui os saldos do FAPRE Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento do TCE (Ug 020002) e Escola de Contas (Ug 820101)

**Nota 2:** Inclui os saldos do FUNAFIN (UG 590101). As disponibilidades do FUNAFIN somaram R\$ 2.321.345,77 Quando verificadas, então, as disponibilidades do Poder executivo sem o FUNAFIN, o total cai para R\$ 2.046.959.986,05.

---

<sup>7</sup> Utilizado como uma das fontes de abertura de crédito adicional (no exercício seguinte), o superávit financeiro foi um conceito criado pelo art. 43, § 2º, da lei federal 4.320/64, que assim expõe: “Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.”

A partir do exercício de 2012, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Volume V, os estados passarão a publicar demonstrativo de superávit/déficit financeiro por fonte de recurso, no qual será possível visualizar superávits e déficits parciais (por fonte), de modo a obter o valor efetivamente aproveitável para abertura de créditos adicionais.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

Das disponibilidades financeiras do Estado, o Poder Executivo concentrava, em 31/12/2011, 86,28% do total.

Dentro do grupo de disponibilidades, a participação dos itens manteve-se em patamar similar ao verificado ao final do exercício anterior. Os recursos se concentram principalmente entre as contas de Bancos C/M (dinheiro livre em conta corrente) e de Aplicações Financeiras (normalmente aplicações em renda fixa). As contas Caixa (valores em tesouraria) e Bancos C/V completam a composição das Disponibilidades. Abaixo é reproduzida a representatividade percentual ao final de 2011, em comparação a anos anteriores:

**Decomposição das disponibilidades financeiras 31/12/11– Todo o Estado**

Em R\$ 1,00

Item	Ano					
	2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa	69.279,27	0,005%	1.036.348,27	0,04%	967.177,47	0,04%
Bancos c/Movimento	800.873.225,78	54,40%	1.472.652.842,29	63,56%	1.489.552.558,37	62,71%
Aplicações financeiras	624.945.115,59	42,45%	819.427.340,48	35,37%	862.972.985,73	36,33%
Bancos c/Vinculadas	46.215.790,36	3,14%	23.690.968,49	1,02%	21.755.205,59	0,92%
	<b>1.472.105.420,00</b>	<b>100%</b>	<b>2.316.809.509,53</b>	<b>100%</b>	<b>2.375.247.927,16</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** e-Fisco 2009, 2010 e 2011 (contas contábeis do grupo 1.1.1.12. a 1.1.1.14)

A informação principal trazida acima é a de que, ao final de 2011, as aplicações financeiras (que geram rendimentos), representavam 36,33% do saldo de disponibilidades, enquanto as disponibilidades em Caixa ou em conta de movimentação (que não geram qualquer rendimento) somavam 62,75% do total (somados, os recursos abrangiam 99,08% das Disponibilidades). Todavia, consultas junto ao e-Fisco indicam que muitos valores indicados como depositados em contas-correntes encontram-se de fato aplicados, o que é concluído pelo registro regular, naquelas contas, de rendimentos mensais. Assim, apesar de 62,75% do Disponível encontrar-se contabilizada como depósitos à vista, de fato boa parte está submetida a aplicações financeiras, como exemplificado abaixo:

Agência/Conta bancária (banco)	UG	Convênio / Programa	Valor Contabilizado em Bancos C/M	Valor Contabilizado em Aplicações Financeiras	Rendimentos contabilizados em 2011
3234/10047 (BB)	140101 (Sec. Educação)	PROGRAMA REESTIFÍSICA - PROGRAMA ESPECIAL - RESOLUÇÃO 23/2010 FNDE	92.153.477,72	0,00	8.229.869,50
3234/8932 (BB)	140101 (Sec. Educação)	FNDE - PAR ENGENHARIA I - REESTRUTURAÇÃO 700086/2008	13.814.736,86	0,00	877.840,54



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

3234/18493 (BB)	650201 (DER-PE)	Convênio BR 232- CARUARU - SÃO CAETANO - BR 232- TT-076-2002-0	3.403.016,01	0,00	245.718,10
3234/18494 (BB)	650201 (DER-PE)	Convênio BR-101- PONTE DOS CARVALHOS - DNIT TT 056/2002-00	1.441.370,93	0,00	103.943,60

Fonte: e-Fisco 2011 (conta contábil 1.1.12.99.02)

Os exemplos acima, apesar de revelarem equívocos na sua contabilização, amenizam a hipótese trazida pela contabilização aplicada aos recursos de que o Estado poderia estar perdendo rendimentos financeiros significativos ao deixar de aplicar recursos financeiros disponíveis em contas-correntes diversas.

### 7.2.2. Dívida Ativa

O Balanço Patrimonial Consolidado apresentou um saldo da Dívida Ativa de R\$ 10,50 bilhões, constituindo-se, assim, no grupo de avaliação monetária mais expressiva dentre todos os ativos (45,75%). Por outro lado, não há qualquer provisão relacionada à dívida ativa, face aos prováveis insucessos na obtenção desses ativos, o que resulta numa evidenciação incorreta do Balanço. O estoque da Dívida Ativa passou de R\$ 10,48 bilhões em 31/12/2010 para R\$ 10,50 bilhões em 2011

### Composição

Do valor total registrado no Balanço Patrimonial em 31/12/2011 (R\$ 10.504.391.681,16), predomina a Dívida Ativa Tributária (R\$ 10.317.580.789,94), enquanto que o valor de R\$ 186.810.891,22 corresponde à Dívida Ativa Não-Tributária<sup>8</sup>.

### Provisão para Perdas de Dívida Ativa

Conforme boa parte dos valores registrados na dívida ativa não possui alta liquidez (não tenham perspectivas concretas, de fato, de se efetivarem como recursos para o ente público), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – com base em princípios contábeis expostos na Resolução CFC nº 750/93 – passou a exigir dos contabilistas dos entes federativos, a partir do exercício de 2005<sup>9</sup>, a regular constituição da provisão para créditos inscritos em dívida ativa de recebimento incerto.

<sup>8</sup> Dados obtidos por meio do e-Fisco.

<sup>9</sup> Portaria nº 564, de 27 de outubro de 2004 (que aprova o Manual da Dívida Ativa), art. 2º.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

O Estado de Pernambuco ainda não constituiu a referida Provisão para Perdas de Dívida Ativa. Note-se o que dispõe quanto a isso o Manual da Dívida Ativa<sup>10</sup>, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional:

“10.2.3. O provisionamento justifica-se pelo dever que a contabilidade tem de espelhar correta e claramente a real situação patrimonial do ente, seja este governamental ou não. **Conforme a Norma Internacional de Contabilidade do Setor Público nº 19 – NICSP 19**, só devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis aqueles ativos onde se tenha uma grande possibilidade de realização, enquanto que os direitos de recebimento totalmente incerto e fora do controle da entidade não devem constar dos balanços. Como os créditos são representados por grande quantidade de credores e não se conhece de quais deles o recebimento é incerto, utiliza-se a estatística para registrar as perdas prováveis”.

[...]

O Manual da Dívida Ativa propõe, no item 10.3.2.4 do Manual, método de constituição da provisão para créditos inscritos em dívida ativa de recebimento incerto, dispondo sobre a forma de mensuração da referida provisão:

“10.3.2.4 Com base nesses critérios, a metodologia de cálculo da provisão baseou-se em duas variáveis principais:  
a) média percentual de recebimentos passados;  
b) saldo atualizado da conta de créditos inscritos em Dívida Ativa.”

Demonstramos abaixo o valor que, se fosse aplicado às contas do Estado, segundo a metodologia sugerida pela STN, poderia ser tomado como provisão para perdas da Dívida Ativa do Estado de Pernambuco, para o exercício de 2011.

EXERCÍCIO	(I) RECEBIMENTOS NO ANO	(II) = I/12 MÉDIA MENSAL DE RECEBIMENTOS	(III) SALDO INSCRITO NO ANO	(IV)=III/12 MÉDIA MENSAL SALDO INSCRITO	(V) = II/ IV %MÉDIA PONDERADA DE RECEBIMENTO
2008	74.649.471,50	6.220.789,29	350.275.804,52	29.189.650,38	21,31%
2009	123.184.824,50	10.265.402,04	704.171.933,99	58.680.994,50	17,49%
2010	68.150.236,69	5.679.186,39	306.738.813,90	25.561.567,83	22,22%
MÉDIA ARITMÉTICA % DE RECEBIMENTO (3 ANOS) (I)					<b>20,34%</b>

PROVISÃO PARA PERDAS DA DÍVIDA ATIVA [100% - (I)]	<b>79,66%</b>
---	---------------

PROVISÃO PARA PERDAS DÍVIDA ATIVA 2011	8.348.007.251,92
--	------------------

**Fonte:** Demonstração das Variações Patrimoniais 2008 a 2010.

<sup>10</sup> Portaria STN 564, de 27/10/2004 (Manual da Dívida Ativa). Item 10.2.3



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

---

Portanto, a média percentual de recebimento a ser considerada para fins de cálculo da provisão seria de 20,34%, o que possibilitaria ao Estado mensurar uma Provisão para Perdas, ao final de 2011, de R\$ 8.348.007.251,92 relativamente ao saldo total de ativos ali inscritos e o perfil histórico de sua realização. Tal valor, se fosse utilizado como dedução (conforme recomenda o Manual da STN), reduziria a propensão de recebimento de Dívida Ativa pelo Estado, para fins exclusivamente de balanço, dos atuais R\$ 10.504.391.681,16 para R\$ 2.156.384.429,24, aproximando o “*quantum*” expresso no balanço para uma ordem de grandeza mais adequada à realidade.

Interessante frisar que a constituição da provisão **não representa renúncia a direito constituído pelo Estado**, mas tão somente a aplicação do princípio contábil da prudência (Res. 750/93 do CFC).

A necessidade do procedimento foi reiterada na Resolução nº 1.137, de 21/11/2008, quando da elaboração das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), cujo Anexo traz, na parte que toca aos Créditos e Dívidas, mais especificamente em seus itens 8 e 11, os seguintes comandos:

“ CRÉDITOS E DÍVIDAS

7. Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

8. Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

[...]

11. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.”

Os comandos acima não trazem nenhuma inovação para a prática contábil tampouco para seus operadores (contabilistas). A alteração promovida pelas NBCASP 2008 foi a positivação deste comando, de forma expressa e literal na legislação nacional, quando antes se encontrava imerso em meio a princípios na Resolução 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade ou em normativos internacionais.

O prazo máximo conferido aos Estados para a implementação definitiva dos procedimentos reiterados pela NBCASP 2008 corresponde ao exercício de 2013.

### **Evolução e comportamento da Dívida Ativa**

Com base nas informações do Balanço Patrimonial e na Demonstração de Variações Patrimoniais, a Dívida Ativa apresentou a seguinte movimentação no exercício de 2011:



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

<b>MUTAÇÃO PATRIMONIAL DA DÍVIDA ATIVA</b>		<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Saldo Contábil em 31/12/2010</b>		<b>10.479.547.140,24</b>
<b>(+) Variações Ativas</b>		<b>951.851.740,82</b>
Inscrição de Dívida Ativa		514.960.032,48
Atualização		436.992.842,44
<b>(-) Variações Passivas</b>		<b>927.042.608,01</b>
Recebimento de Dívida Ativa		115.610.497,64
Baixa de Dívida Ativa		811.497.836,36
<b>Saldo Contábil em 31/12/2011</b>		<b>10.504.391.681,16</b>

**Fonte:** e-Fisco (1.2.2.13.00.00, 1.2.2.41.00.00, 1.2.2.11.01.01, 1.2.2.11.01.02 e 1.2.211.02.02), Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidadas – Exercício 2011, Quadros 13 e 14, pág. 283 e 290 do Balanço Geral do Estado (fls. 139 e 142v).

Conforme se observa do quadro acima, as Variações Ativas da Dívida Ativa superaram as Variações Passivas no exercício de 2011. O saldo contábil da Dívida Ativa foi acrescido, assim, em R\$ 24,8 milhões. Vale registrar o crescimento ocorrido nas Variações Passivas em relação ao exercício anterior, particularmente, os valores baixados da Dívida Ativa, que passaram de 200 milhões (2010) para 811,4 milhões (2011).

Abaixo, demonstramos como vem ocorrendo o recebimento da Dívida Ativa em relação aos exercícios anteriores, e o percentual de recebimento em relação ao saldo inicial do exercício analisado.

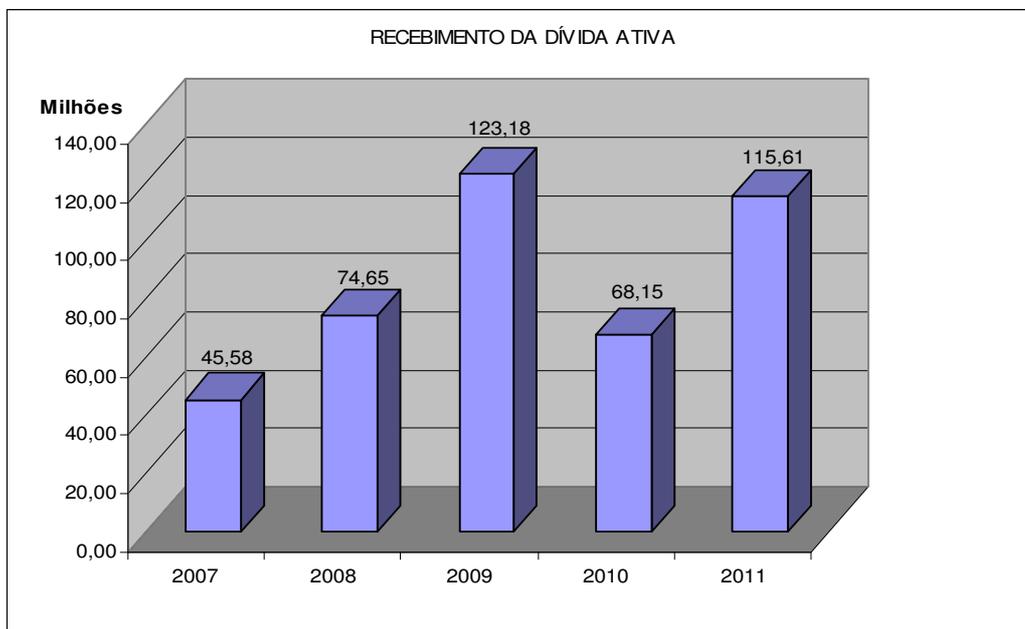
<b>DÍVIDA ATIVA</b>			
<b>RECEBIMENTO X SALDO</b>			
<b>Em R\$ 1,00</b>			
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>RECEBIMENTO (a)</b>	<b>SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO (b)</b>	<b>% (a/b)</b>
2007	45.578.551,73	8.418.794.794,89	0,54%
2008	74.649.471,50	8.939.654.337,92	0,84%
2009	123.184.824,50	9.423.399.436,42	1,31%
2010	68.150.236,69	10.229.155.159,75	0,67%
2011	115.610.497,64	10.479.547.140,24	1,10%
<b>Saldo Final do Exercício de 2011</b>		<b>10.504.391.681,16</b>	

**Fonte:** Balanços Patrimoniais 2007/2011, SIAFEM 2007 e e-Fisco 2008/2011.

Portanto, nos últimos exercícios, a realização financeira do Estado sobre seu estoque da dívida ativa tem oscilado entre pouco mais e pouco menos de 1%. Em montantes totais, tal arrecadação é mostrada no gráfico abaixo:



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: Balanço Geral do Estado – Demonstração das Variações Patrimoniais 2007 a 2011

### 7.2.3. Outras Considerações sobre ativos do Estado

Além dos valores contábeis expressos para as Disponibilidades e para a Dívida Ativa, anteriormente mencionados, necessário comentar que outro subgrupo do Ativo Permanente encontra-se sujeito a ter valor contábil revisto, em razão de novos critérios a serem aplicados à Contabilidade Pública em âmbito nacional.

Trata-se do subgrupo “Bens Imóveis”, que a partir da vigência das NBCASP 2008 (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.128/2008 a 1137/2008), de observância obrigatória para os entes<sup>11</sup> a partir de 2013, deverão a ter as obras e serviços voltados para o uso comum do povo **também reconhecidos como ativos** (à semelhança da aplicada àqueles destinados ao uso da administração), e não apenas seus custos correspondentes apropriados como simples despesas<sup>12</sup>.

Essa mudança proporcionará aos entes públicos, inclusive ao Estado de Pernambuco, inserir na sua contabilidade as expressivas parcelas de investimentos que até a presente data não tinham expressamente recomendada sua contabilização como ativo permanente.

<sup>11</sup> A Portaria STN 828, de 14/12/2001 alterou a redação do art. 7º da Portaria 406/2011, prorrogando ara o exercício de 2013 a obrigatoriedade dos estados de apresentação das demonstrações contábeis segundo as regras do novo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

<sup>12</sup> NBC T 16.10 (item 30) Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, ou aqueles eventualmente recebidos em doação, devem ser incluídos no ativo não circulante da entidade responsável pela sua administração ou controle, estejam ou não, afetos a sua atividade operacional.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

Em termos monetários, boa parte dos valores despendidos nos elementos de despesa 4.4.90.51.02 (obras públicas de uso comum do povo) e 4.4.90.61.02 (imóveis para uso comum do povo) passarão a ser sujeitos a reconhecimento contábil como um ativo (um bem) permanente, de forma similar ao tratamento conferido aos bens dominiais. Considerando que em 2011, as naturezas de despesa 4.4.90.51.02 e 4.4.90.61.02 consumiram, respectivamente, R\$ 806,5 milhões e R\$ 109,5 milhões, aproximadamente (R\$ 916 milhões no total), a parte de gastos que efetivamente venha a incorporar valor de mercado ao patrimônio do Estado<sup>13</sup>, mesmo em bens que visem o uso comum do povo, será passível de incorporação ao ativo permanente por meio de variação patrimonial ativa (VPA), o que até o presente momento não é efetuado pelo Estado (até 2010 só são reconhecidas incorporações patrimoniais, como variações ativas, se o bem público for para “uso da administração”).

Este fator, se aplicado apenas a fatos posteriores às NBCASP 2008, poderá proporcionar, em algumas décadas, a reversão do saldo patrimonial negativo exposto no Balanço Patrimonial. Se, extensivamente, for aplicado também a fatos pretéritos (reavaliação geral de todos os bens de uso comum do povo do Estado aproveitados pelo Estado), tal reversão poderá ocorrer em espaço de tempo significativamente menor.

Tal mudança de critério, mesmo realizada em conjunto com a implementação das técnicas de depreciação, amortização e exaustão recomendadas, proporcionará o reconhecimento mais adequado do valor patrimonial dos entes nacionais, inclusive o atribuído ao Estado de Pernambuco.

### **7.3. Principais Componentes do Passivo**

#### **7.3.1. Restos a Pagar**

Na abertura do exercício de 2011, havia um estoque de Restos a Pagar (independente do ano de inscrição) no valor de R\$ 760,6 milhões<sup>14</sup>, informação esta visualizada no Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2010. Já ao final de 2011, esse estoque de Restos a Pagar ilustrado no Balanço Patrimonial encontrava-se avaliado em R\$ 802,7 milhões.

O Demonstrativo dos Restos a Pagar relativo ao exercício de 2011 evidencia os valores inscritos dos restos a pagar processados e não processados por órgão em 2011 segundo ainda o critério de recurso vinculado e não vinculado. Tal quadro é apresentado de forma resumida a seguir:

---

<sup>13</sup> Em observância ao Princípio Contábil da Prudência, recomendável será que todos os gastos nessas duas naturezas de despesa passem a gerar lançamento em conta transitória de “valor a recuperar” do Ativo Diferido. Ao final da obra/aquisição de imóvel, o administrador deverá mensurar o valor de mercado efetivo da obra para que tal parcela seja transferida em definitivo para a conta Bens Imóveis do Estado, sendo o restante amortizado ou reconhecido como perda, “zerando” o valor a recuperar.

<sup>14</sup> Dos quais R\$ 740,7 milhões haviam sido quando do encerramento do exercício de 2010.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR (em resumo)  
Período de Referência: janeiro a dezembro/2011

Em R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSO	RESTOS A PAGAR			
	Processados		Não Processados	
	Inscritos		Inscritos	
	Exercícios Anteriores	No Exercício	Exercícios Anteriores	No Exercício
Recursos Vinculados	11.733.289,33	365.292.075,52	289.853,64	5.891.530,49
Rec. Ñ Vinculados	16.392.360,96	398.730.271,20	23.220,00	4.351.301,52
<b>TOTAL</b>	<b>28.125.650,29</b>	<b>764.022.346,72</b>	<b>313.073,64</b>	<b>10.242.832,01</b>

Fonte: BGE 2011 (quadro 61); Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar (pág. 489, fls. 240).

A soma dos totais relativos às quatro colunas acima, perfaz R\$ 802.703.902,66. Os valores acima, ou seja, o estoque dos Restos a Pagar na data de 31/12/2011, pode também ser sintetizado como abaixo:

Estoque de Restos a Pagar em 31/12/2011			Em R\$ 1,00
Restos a Pagar	RP Inscrito em 2011	Resíduos de RP de anos anteriores	Saldo total em 31/12/2011
Processados	764.022.346,72	28.125.650,29	792.147.997,01
Ñ Processados	10.242.832,01	313.073,64	10.555.905,65
<b>Total</b>	<b>774.265.178,73</b>	<b>28.438.723,93</b>	<b>802.703.902,66</b>

Fonte: Balanços Financeiro e Patrimonial de 2011 – BGE 2011, pág. 282 e 283.

### 7.3.1.1. Gestão dos Restos a Pagar no exercício

Necessário trazer os atos relativos à gestão, no exercício de 2011, que interferem no estoque de Restos a Pagar, tais como: pagamentos e cancelamentos dos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores (o que ocorre entre 01/01/2011 e 31/12/2011), bem como as inscrições de RP 2011 e reinscrições de RP exercícios anteriores (ao final do exercício de 2011).

Os atos relativos à gestão de restos a pagar, em 2011, são abaixo ilustrados:

#### A) Pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores

O Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão do RREO relativo ao 6º bimestre de 2011, transcrito como quadro 45 do balanço geral do Estado, informa que, do estoque de Restos a Pagar existente em 31/12/2010 (independente de ano de origem), foram pagos em 2011 R\$ 697,6 milhões, valor que equivale a 91,72% do estoque inscrito até 31/12/2010, sendo R\$ 642 milhões originários como Restos a Pagar processados e R\$ 55,6 milhões como Restos a Pagar não processados. Consultas adicionais ao eFisco<sup>15</sup> informam que, desse total de R\$ 697,6 milhões, a parcela de

<sup>15</sup> Conta 2.9.5.1.2.00.00 e 2.9.5.2.2.00.00



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

R\$ 963,6 mil (0,14%) foi proveniente de anos anteriores a 2010, sendo prevalentes as baixas relativas a inscrições efetuadas no exercício de 2010.

### **B) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores**

Ao longo de 2011, foram cancelados R\$ 34,58 milhões (sendo 23,25 milhões de Restos a Pagar Processados e R\$ 11,33 milhões de Restos a Pagar não Processados), não segmentados quanto ao ano de inscrição, conforme trazido no Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão do RREO - 6º bimestre de 2011.<sup>16</sup>

### **C) Inscrição de restos a pagar do exercício**

O Decreto Estadual nº 37.292/2011 disciplinou os procedimentos relativos à inscrição dos Restos a Pagar. Quanto aos restos a pagar não processados<sup>17</sup>, somente foram admitidas as despesas relativas aos casos previstos nos incisos I a III, de seu artigo 9º.

Os Restos a Pagar inscritos em 2011 somaram R\$ 774.265.178,73, sendo R\$ 764.022.346,72 como Processados (empenhados e liquidados no exercício) e R\$ 10.242.832,01 como Não Processados (apenas empenhados no exercício), informação que pode ser visualizada no Balanço Financeiro consolidado do Estado.

Um indicador que pode ser utilizado na avaliação da gestão é obtido da relação entre o total dos RP inscritos frente às despesas empenhadas no exercício.

$$\frac{\text{TOTAL DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR X 100}}{\text{DESPESA EXECUTADA}} = \frac{774.265.178,73 \times 100}{21.515.714.401,12} = \mathbf{3,60\%}$$

O índice acima aponta que 96,40% das despesas de 2011 completaram o ciclo empenho-liquidação-pagamento, aplicado, dentro do âmbito do Estado, à sua administração direta e suas estatais dependentes (a gestão financeira será tão mais efetiva quanto mais aproximar-se de 100% este índice). Ou seja, para cada R\$ 100,00 empenhados ao longo do exercício de 2011, a parcela de R\$ 96,40 concluiu todo o

---

<sup>16</sup> Quadro 45 do BGE

<sup>17</sup> Dec. Estadual nº 37.292/2011, art. 9º:

*Somente poderão ser inscritas como Restos a Pagar não processados de 2011, desde que devidamente justificadas, as despesas não liquidadas relativas a: I - material do exterior que se encontre em processo de importação, inclusive os referentes a convênios, devidamente comprovados por guia de importação; II - contratos de obras, inclusive os decorrentes de convênios, que satisfaçam, cumulativamente, as seguintes condições: a) suas medições ocorram até 31 de dezembro de 2011; b) no caso de contratos de obras decorrentes de convênios, apresentem disponibilidade financeira suficiente para honrar os compromissos a serem realizados até 28 de fevereiro de 2012; III – material em fase de fabricação no País. § 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos órgãos da Administração Direta e às entidades da Administração Indireta, inclusive Fundacional, que tenham por finalidade o desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde, bem como a manutenção e o desenvolvimento do ensino.*



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

processamento da despesa, ao contrário de outros R\$ 3,60, que culminaram sem fechar esse ciclo, restando para exercícios seguintes a sua conclusão.

Segmentado por tipo, tem-se que, do total da despesa inscrita em restos a pagar *processados* pertinentes ao exercício de 2011 (R\$ 764.022.346,72), a Secretaria de Educação foi responsável por 28,71%. Outras cinco Unidades Gestoras responderam por 31,30% dos valores inscritos. Juntas, estas representaram 60% do volume total de Restos a Pagar Processados inscritos no exercício, como abaixo ilustrado:

**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS EM 2011 – POR ÓRGÃO**

Em R\$ 1,00			
Unidade Gestora	Órgão / entidade	Valores	%
140101	Secretaria de Educação	219.355.883,09	28,71
290301	Encargos Gerais – SEFAZ	73.789.927,39	9,65
530401	Fundo Estadual de Saúde	41.980.139,44	5,49
110401	Secretaria da Cada Militar	42.230.450,83	5,53
390301	Diretoria de Administração Geral - SDS	31.301.659,50	4,09
650201	Departamento de Estradas de Rodagem -DER	50.507.440,57	6,61
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>459.165.500,82</b>	<b>60,00</b>
	Outros	304.856.845,90	40,00
	<b>TOTAL</b>	<b>764.022.346,72</b>	<b>100,00</b>

Fonte: e-Fisco; conta contábil 1.9.5.2.1.19.00.

Já no que tange aos restos a pagar não processados inscritos em 2011 (R\$ 10.242.832,01), apenas 10 unidades gestoras estaduais inscreveram valores quando do encerramento do exercício. Destas, a unidade gestora da Pro-reitoria administrativa da Universidade de Pernambuco (UG 140101) e a Secretaria das Cidades concentraram, juntas, 76,59% dos valores inscritos nas contas estaduais. O restante foi originado da gestão financeira de outras oito Unidades Gestoras, tal como ilustrado a seguir:

**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM 2011 – POR ENTIDADE**

Em R\$ 1,00			
Unidade Gestora	Órgão / entidade	Valores	%
440701	UPE – Pró-Reitoria Administrativa	5.572.123,39	54,40
380101	Secretaria das Cidades	2.272.952,76	22,19
	<b>SUBTOTAL</b>		<b>76,59</b>
	Outras (8)	2.397.755,86	23,41
	<b>TOTAL</b>	<b>10.242.832,01</b>	<b>100%</b>

Fonte: e-Fisco; conta contábil 2.1.2.16.02.02.

**D) Reinscrição de restos a pagar de exercícios anteriores (resíduos de RP)**

Dos valores que se encontravam no estoque de Restos a Pagar do Estado à data de 31/12/2010, a parcela de R\$ 28,43 milhões de despesas empenhadas em anos anteriores permaneceu pendente de pagamento. Como, semelhantemente, os elementos



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

que o compunham não foram cancelados em 2011, estes culminaram reinscritos como restos a pagar ao final de 2011 (sendo R\$ 27,9 milhões em RP Processados e R\$ 313 mil em RP não processados).

Esta parcela de R\$ 28,43 milhões culmina sendo refletida na diferença entre duas informações veiculadas em dois demonstrativos contábeis do ente federativo: o estoque de Restos a Pagar em 31/12/2011 (mensurado no Balanço Patrimonial 2011 como R\$ 802,7 milhões) e os valores inscritos no exercício que tiveram origem (empenho) dentro do exercício (R\$ 774,2 milhões, conforme exposto no Balanço Financeiro de 2011).

A evolução do saldo de resíduos ao longo dos últimos anos será analisada neste capítulo no item a seguir.

### 7.3.1.2. Evolução dos saldos de resíduos de Restos a Pagar ao longo dos últimos anos

Importante demonstrar o comportamento do saldo residual de restos a pagar de exercícios anteriores, sobretudo no que tange aos pagamentos e cancelamentos que o Estado realizou quando da gestão dessas obrigações originadas em exercícios anteriores.

Na tabela abaixo, demonstramos os valores pagos e cancelados de restos a pagar de exercícios anteriores, separando, os processados dos não processados:

Restos a Pagar	Saldo em 31/12/2010	Pagamentos realizados em 2011	Cancelamentos realizados em 2011	Resíduos Restos a Pagar
EXERCÍCIO 2008				
PROCESSADO	8.080.390,05	191.358,10	5.835.976,74	2.053.055,21
NÃO PROCESSADO	47.763,77	0,00	0,00	47.763,77
EXERCÍCIO 2009				
PROCESSADO	11.787.474,06	765.105,45	3.511.146,07	7.511.222,54
NÃO PROCESSADO	7.150,14	7.150,14	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2010				
PROCESSADO	673.578.104,47	641.109.618,94	13.907.112,99	18.561.372,54
NÃO PROCESSADO	67.161.113,57	55.560.928,20	11.334.875,50	265.309,87
<b>TOTAL</b>	<b>760.661.996,06</b>	<b>697.634.160,83</b>	<b>34.589.111,30</b>	<b>28.438.723,93</b>

**Fonte:** e-Fisco (contas 2.9.5.1.2.00.00; 2.9.5.1.3.00.00; 2.9.5.22.00.00 e 2.9.5.23.00.00) e Demonstrativo Consolidado da Dívida Flutuante, BGE 2011, Quadro 17, pág. 295 (fl. 145 do processo).

Esta nova sistemática aplicada a Restos a Pagar pelos entes da federação – segundo a qual é permitida a reinscrição, por vários exercícios, de Restos a Pagar originado em um determinado ano e não mais por um único, como anteriormente – tem



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

guardada em modelos do Demonstrativo de Restos a Pagar por órgão (inserção de coluna “a pagar”, quadro 45, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, implementada a partir ano de 2007). No Estado de Pernambuco, essa nova sistemática passou a ser aplicada a partir do decreto de encerramento do exercício de 2009 (à ocasião, para reinscrição de obrigações oriundas do exercício de 2008).

Apesar de tal autorização, necessário advertir que o decreto de encerramento do exercício de 2011 (Decreto Estadual 37.292, de 19/10/2011) autoriza, de forma expressa, a reinscrição de Restos a Pagar cuja origem se prende aos anos de 2009 e 2010 apenas, silenciando em relação ao até ali existente estoque de resíduos de Restos a Pagar cuja origem ocorreu em 2008 (no valor de R\$ 2.100.818,98 ilustrado no quadro acima), conforme parágrafo único do art. 8º do referido decreto, o qual é reproduzido a seguir.

DECRETO 37.292, de 19/10/2011 (decreto de encerramento 2011)

Art. 8º. As Unidades Gestoras integrantes das Administrações Direta e Indireta, inclusive Fundacional, deverão cancelar, até 30 de novembro de 2011, os Restos a Pagar indevidamente inscritos em exercícios anteriores, bem como os Restos a Pagar não processados inscritos em 2010 que não tenham sido executados em 2011.

Parágrafo único. Os Restos a Pagar inscritos em 2009 e 2010 não cancelados em 2011 poderão ser pagos em 2012 sem a necessidade de novo empenhamento.

Ou seja, no estrito teor do decreto, a Contabilidade do Estado deveria haver cancelado, em 31/12/2011, os Restos a Pagar de origem 2008 que ainda permaneciam no estoque de obrigações do Estado.

### 7.3.2. Dívida Fundada

A dívida fundada do Estado apresentada no Balanço Patrimonial<sup>18</sup> apresentou, nas datas de 01/01/2011 e 31/12/2011, as seguintes composições:

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$ 1,00			
	SALDO EM 01/01/2011*	%	SALDO EM 31/12/2011	%
<b>DÍVIDA FUNDADA</b>	<b>5.938.632.655,82</b>	<b>100,00</b>	<b>6.280.686.091,88</b>	<b>100,00</b>
Contratual Interna	5.486.627.641,19	92,39	5.735.293.631,62	91,32
Contratual Externa	452.005.014,63	7,61	545.392.460,26	8,68

Fonte: BGE 2010 e 2011 – Quadro 13 - Balanço Patrimonial Consolidado. \*Saldo de 31/12/2010 transcrito

<sup>18</sup> A dívida fundada também é designada como dívida consolidada, mas a divulgação das instruções de preenchimento do Demonstrativo da Dívida Consolidada, requerido pela LRF, exigiu inclusão no cômputo da Dívida Consolidada Bruta parcela que não a compõe contabilmente. Isso faz com que o valor ilustrado no Balanço Patrimonial como Dívida Fundada não coincida com o total de Dívida Consolidada bruta apresentado no Demonstrativo da Dívida Consolidada do último quadrimestre.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

A variação de R\$ 342 milhões entre os da Dívida Fundada acima (5,75%) equivaleu à variação inflacionária do período, não havendo alteração qualitativa significativa destas obrigações no exercício.

No subgrupo acima de dívida fundada do Estado foram incluídos tão somente os saldos, em 31/12/2011, das dívidas de natureza contratual de longo prazo (conta contábil 2.2.2.12.00.00 e 2.2.2.22.00.00) e de curto prazo (conta contábil 2.1.2.31.02.00), sendo as referentes a REFIS, PAES, INSS e FGTS (não contratuais) contabilizadas à parte no subgrupo “Financiamentos/Refinanciamentos” (também integra o grupo Passivo Permanente do balanço de 2010).

Abaixo, são oferecidas algumas considerações sobre a composição da Dívida Contratual em 31/12/2011 e, mais adiante, sobre a movimentação de seus principais componentes no exercício.

#### 7.3.2.1. Composição ao final do exercício

A dívida contratual do Estado de Pernambuco, que consiste nas obrigações financeiras assumidas em razão de contratos tanto com credores internos quanto externos, registrou ao final de 2011 um estoque no valor de R\$ 6.280.686.091,88, conforme ilustrado no Balanço Patrimonial 2011. Esse montante englobou a dívida contratual assumida pela administração direta (UG 290301, Encargos Gerais do Estado – Recursos sob supervisão da Secretaria da Fazenda), e por entidades da administração indireta (PERPART e IRH), conforme a seguir discriminado:

#### **Dívida Fundada em 31/12/2011– Estado de Pernambuco** **Em R\$ 1,00**

<b>Órgão / entidade (UG)</b>	<b>Dívida Contratual Interna de Longo Prazo</b>	<b>Dív. Contratual Interna de Curto Prazo</b>	<b>Dívida Contratual Externa de Longo Prazo</b>	<b>Total</b>
SEFAZ - Encargos Gerais do Estado - SEFAZ (290301)	5.264.167.436,37	0,00	545.392.460,26	<b>5.809.559.896,63</b>
IRH (420201)	116.016.076,92	0,00	0,00	<b>116.016.076,92</b>
PERPART (420801)	276.448.562,34	78.661.555,99	0,00	<b>355.110.118,33</b>
<b>Total</b>	<b>5.656.632.075,63</b> (90,06%)	<b>78.661.555,99</b> (1,26%)	<b>545.392.460,26</b> (8,68%)	<b>6.280.686.091,88</b> (100%)

**Fonte:** e-Fisco 2011 (contas contábeis 2.1.2.31.02.00, 2.2.2.12.00.00 e 2.2.2.22.00.00)

Do total da dívida contratual, 92,50% foi de responsabilidade do Tesouro (R\$ 5,81 bilhões), composto por dívidas contraídas tanto a credores internos quanto externos. As dívidas da PERPART (R\$ 355 milhões) corresponderam a 5,65% do total da dívida contratual, sendo compostas exclusivamente por obrigações decorrentes de contratos internos, o mesmo se aplicando em relação àquelas atribuídas ao IRH, que alcançaram 1,85% (R\$ 116 milhões). Registra-se que em 2011 a participação das dívidas atribuídas à PERPART continuou cumprindo a tendência de queda, verificada em exercícios anteriores, frente ao total da dívida reconhecida pelo Estado.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

### a) Dívida Contratual Interna

O total devido pelo Estado de Pernambuco (administração direta ou indireta dependente do Tesouro), no tocante à composição de sua Dívida Fundada Contratual interna pode ser resumida nas duas tabelas abaixo:

#### Dívida Fundada Contratual Interna de Longo Prazo em 31/12/2011

Em R\$ 1,00

Credor	Valor por Credor	Participação %	
		Sobre a Dívida Fundada Contratual Interna (LP)	Sobre a Dívida Fundada Total
Banco do Brasil SA	3.719.314.359,37	66,75%	59,22%
Caixa Econômica Federal	933.132.278,02	16,50%	14,86%
Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES)	848.493.068,35	15,00%	13,51%
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	155.692.369,89	2,75%	2,48%
<b>Total</b>	<b>5.656.632.075,63</b>	<b>100%</b>	<b>90,06%</b>

Fonte: e-Fisco 2011 (conta contábil 2.2.2.12.00.00).

#### Dívida Fundada Contratual Interna de Curto Prazo em 31/12/2011

Em R\$ 1,00

Credor	Contrato (nº eFisco)	Valor por Credor (% sobre dívida fundada total)
Caixa Econômica Federal	Dívida Imobiliária Ponte do Maduro (1584)	781.330,32
Caixa Econômica Federal	Dívida Imobiliária Vincenda (1585)	2.792.335,00
Caixa Econômica Federal	Dívida Imobiliária Vencida (1586)	75.087.890,67
<b>Total</b>		<b>78.661.555,99</b> <b>(1,26%)</b>

Fonte: e-Fisco 2011 (conta contábil 2.1.2.31.02.00).

No que tange aos compromissos de longo prazo, o maior credor de compromissos é o Banco do Brasil (R\$ 3,7 bilhões). Somente a parcela vinculada ao refinanciamento de dívidas do Estado<sup>19</sup> amparado pela Lei Federal 9.496/1997 (que no e-Fisco é individualizado como contrato 1277), foi avaliado à data de 31/12/2011 em R\$ 2,77 bilhões, representando, sozinho, 48,92% da Dívida contratual interna. Além deste, destaca-se o contrato relativo ao Programa Multissetorial de Desenvolvimento ao Apoio Sustentável de Pernambuco (BNDES Estados), contrato este celebrado em 2011, tendo saldo de R\$ 548 milhões ao final do exercício (9,69% do total da dívida contratual interna).

<sup>19</sup> Contempla assunção, pela União em 1997, de dívidas originariamente contraídas pelo estado proveniente de empréstimos amparados pelos Votos 162 e 175 e os contraídos junto ao Brazilian American Merchant Bank – BAMB, os recursos destinados ao saneamento do BANDEPE para sua privatização, assim como parcelas restantes decorrentes da emissão das Letras Financeiras do Tesouro Estadual – LFTPE.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

Os contratos vigentes ante a Caixa Econômica Federal (R\$ 933 milhões) abrangem o quantitativo mais numeroso de financiamentos dentre os relativos à dívida estadual, vez que, destinados a programas de melhoria urbana relativos a saneamento (sobretudo o programa Saneamento para Todos), abastecimento de água, energia elétrica, infraestrutura, são pactuados individualmente por município que se apresente como beneficiário direto. Entretanto, do total acima (R\$ 933 milhões), parte significativa dos compromissos do Estado (R\$ 419 milhões) ainda é remanescente do contrato celebrado para a operação de recompra de ações da COMPESA.

Os contratos cujo credor é o BNDES representaram, ao final de 2011, 15% da dívida contratual interna, sendo o mais representativo o destinado ao financiamento de despesas de capital em meio ao Programa Emergencial de Financiamento – PEF, do Governo Federal. Também aí se incluem contratos relativos a saneamento ambiental e à construção da barragem de Pirapama.

Por fim, os contratos que têm como credor o BNB dizem respeito aos Programas de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur I e II), tendo representado 2,75% da dívida contratual interna do Estado.

Todos os contratos citados acima têm atualmente os encargos geridos pela UG 290301 (Encargos Gerais do Estado - Recursos sob supervisão da SEFAZ).

Tem-se, dentre os órgãos da administração indireta, apenas a PERPART e o IRH como entidades que mantinham, dentro da Dívida Fundada estadual, dívidas contratuais ao final de 2011, sendo essas decorrentes, exclusivamente, de contratos internos. A dívida do IRH é proveniente da dívida imobiliária do extinto IPSEP, refinanciamento autorizado pela Lei 8.727/93. As dívidas contratuais da PERPART, por sua vez, são provenientes de dívida imobiliárias da extinta COHAB, assumidas, e consubstanciadas em três contratos (dívida vencida, dívida vincenda e Ponte do Maduro), cujo credor é a Caixa Econômica Federal - CEF. Ao contrário dos demais, estes três contratos são os únicos componentes da Dívida Fundada contabilizados parte a curto prazo parte a longo prazo.

## **b) Dívida Contratual Externa**

No que tange à Dívida Fundada Contratual de origem externa (entidades financeiras internacionais), o total devido pelo Estado de Pernambuco (administração direta ou indireta dependente do Tesouro) em 31/12/2011 é ilustrado a seguir:

Credor	Valor por Credor	Participação %	
		Sobre a Dívida Fundada Contratual Interna (LP)	Sobre a Dívida Fundada Total
BID	166.399.784,90	30,51%	2,65%
BIRD	367.666.936,35	67,41%	5,85%
KFW	11.325.739,01	2,08%	0,18%
<b>Total</b>	<b>545.392.460,26</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,68%</b>

Fonte: e-Fisco 2011 (conta 2.2.2.2.2.00.00).



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

No total onze contratos compunham a Dívida Fundada Contratual Externa no início do exercício, sendo ao longo do exercício acrescido um 12º contrato (intitulado no e-Fisco como 2151 PRO-FISCO, celebrado com o BIRD, registrado no e-Fisco sob o nº 2750). Ao final do exercício, a dívida fundada contratual externa, sob gestão exclusiva da UG 290301 (SEFAZ – DAFE) em 2011, foi composta por contratos firmados com os seguintes credores:

- 1) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinados ao Programa Rodoviário de Pernambuco assim como ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata – PROMATA;
- 2) Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinados ao Projeto de Combate à Pobreza Rural – PRORURAL I e II, ao Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife – PROMETRÓPOLE, ao Programa de Sustentabilidade Hídrica e ao Projeto de Desenvolvimento Integrado – Melhoria da Qualidade da Educação em Pernambuco, além do contrato 2151 ProFisco acrescentado no exercício;
- 3) KFW - Kreditanstalt für Wiederaufbau, destinado ao Programa de Melhoramento do Saneamento Básico do Estado.

### 7.3.2.2. Movimentação ao longo de 2011

Os fatos que modificaram o saldo da dívida contratual de longo prazo (parcela mais representativa da dívida fundada total) ao longo do exercício em análise encontram-se a seguir demonstrado, por natureza:

Discriminação da Dívida	Saldo em 31/12/2010	Movimentações em 2011					Em R\$ 1,00
		Captações	Atual. Monetárias Líquidas	Var. Cambial Líquida	Amortizações	Outros Ajustes	Saldo em 31/12/2011
<b>Contratual</b>	<b>5.938.632.655,82</b>	<b>516.969.382,70</b>	<b>79.351.366,10</b>	<b>112.207.537,16</b>	<b>(395.936.113,52)</b>	<b>29.461.263,62</b>	<b>6.280.868.091,88</b>
Interna (LP + CP)	5.486.627.641,19	448.504.057,57	79.351.366,10	36.787.522,78	(349.222.284,38)	33.245.328,36	5.735.293.631,62
Externa	452.005.014,63	68.465.325,13	0,00	75.420.014,38	(46.713.829,14)	(3.784.064,74)	545.392.460,26

**Fonte:** e-Fisco 2011. Os saldos inicial e final correspondem à soma dos saldos da conta 2.2.2.12.00.00 + 2.1.2.31.02.00 (todo o Estado).

O aumento de 5,76%, em valores nominais, do estoque da dívida contratual ao final de 2011, quando comparado ao saldo existente em 2010, equivale à variação inflacionária do período, de modo que se pode afirmar que houve manutenção do volume da dívida fundada do Estado em termos reais.

O volume de amortizações do período (R\$ 395,9 milhões) se mostrou inferior ao de novas captações (R\$ 516,9 milhões). Por sua vez, as atualizações monetárias e as variações cambiais contabilizadas no período, somadas (R\$ 191,56 milhões), representaram 48,4% das amortizações efetuadas no período.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

Comparando-se ao movimento aplicado no exercício anterior, viu-se que o volume de captações totais no exercício de 2011 foi inferior em 22,15% em relação a 2010, enquanto que o de amortizações foi superior em 18,5% no mesmo período.

### **Captações (Operações de Crédito)**

As receitas de operações de crédito realizadas em 2011 totalizaram **R\$ 516.969.382,70**, decorrentes de contratos firmados com credores internos e externos (a maioria dos contratos já vigorava em 01/01/2011). A parcela mais expressiva adveio de operações de crédito em contratos celebrados com agentes financeiros nacionais (foram captados recursos em 34 contratos vigentes), que somou **R\$ 448.504.057,57**, enquanto que foram registrados **R\$ 68.465.325,13** de receitas de operação de crédito advindas do exterior, por meio de três contratos integrantes da Dívida Contratual Externa em 2011.

A captação dos recursos se processou junto às seguintes instituições financeiras:

#### **Captações de Recursos (receitas de operações de créditos) em 2011**

Em R\$ 1,00

<b>ORIGEM</b>	<b>AGENTE FINANCIADOR</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Externa	BID	1.240.125,00	0,24%
	BIRD	67.225.200,13	13,00%
	<b>Total de captações externas</b>	<b>68.465.325,13</b>	<b>13,24%</b>
Interna	B BRASIL	303.302.050,56	58,67%
	CEF	111.046.149,55	21,48%
	BNB	20.847.082,61	4,03%
	BNDES	13.308.774,85	2,57%
	<b>Total de captações internas</b>	<b>448.504.057,57</b>	<b>86,76%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>516.969.382,70</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** e-Fisco 2011 (contas contábeis 4.2.1.19.00.00 e 4.2.1.29.00.00).

Ao contrário do exercício anterior (2010), no qual as captações junto ao BNDES haviam representado 42,78% do total naquele exercício, em 2011 as captações de recursos por operações de créditos de origem interna se concentraram junto ao banco do Brasil e à Caixa econômica Federal (80,15% dos recursos captados). Já no que tange às operações de crédito externas, o perfil continuou semelhante ao do exercício anterior (prevalência de recursos captados junto ao BIRD e outro volume de empréstimos, em menor proporção, junto ao BID).

O e-Fisco registra que as captações de recursos por operações de crédito no exercício de 2011 foram efetuadas por quatro Unidades Gestoras do Estado, sendo a parcela mais expressiva (R\$ 405,9 milhões; 78,52% do total recebido) pela administração direta do Estado, por meio da UG 150102 (DAFE- SEFAZ), enquanto que às UGs 110401 (Secretaria da Casa Militar), 240101 (Secretaria de Recursos Hídricos) e 380101 (Secretaria das Cidades) foram atribuídos os demais recursos em operações de créditos. Segmentado por contratos, os totais de operações de créditos mais expressivos em 2011 foram:



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

**Captações financeiras, por contrato de financiamento em 2011**

Em R\$ 1,00

<b>Contrato (*)</b>	<b>Instituição</b>	<b>Objeto</b>	<b>Captações em 2011</b>
2751	B Brasil	Programa Multissetorial de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de PE - BNDES Estados	303.302.050,56
2801	CEF	Contrato CPAC 35556	31.466.621,32
2354	BNB	Prodetur II	20.847.082,61
2728	BNDES	BNDES PIRAPAMA II	13.308.774,85
Outros (30)			79.579.528,23
<b>Subtotal (captações internas)</b>			<b>448.504.057,57</b>
2746	BIRD	Educação SWAP	63.508.650,13
Outros (2)			4.956.675,00
<b>Subtotal (captações externas)</b>			<b>68.465.325,13</b>
<b>Total</b>			<b>516.969.382,70</b>

**Fonte:** e-Fisco 2011 (contas contábeis 4.2.1.19.00.00 e 4.2.1.29.00.00).

**Nota:** (\*) número do contrato de registro no e-Fisco

Somente o contrato usualmente denominado BNDES Estados (Programa Multissetorial de apoio ao desenvolvimento sustentável de Pernambuco), captado junto ao Banco do Brasil, abrangeu 58,67% de toda a receita de operação de crédito auferida pelo Estado em 2011. Os 41,33% restantes foram apropriados face aos demais 36 contratos de financiamento utilizados pelo Estado no exercício.

Dentre as operações de crédito internas inseridas na linha “outros (30)”, destacam-se 23 contratos de financiamento junto à Caixa Econômica Federal em vista da execução do Programa Saneamento para Todos.

### **Amortizações**

As amortizações da dívida contratual<sup>20</sup> efetuadas no exercício de 2011 totalizaram **R\$ 395.936.113,52**. Deste total, a parcela de **R\$ 349.222.284,38** foi referente às amortizações da dívida interna e **R\$ 46.713.829,14** às da dívida externa. As amortizações da Dívida Interna foram efetuadas predominantemente (80,38%) pela UG 290301 (Encargos Gerais do Estado – Recursos sob supervisão da SEFAZ), sendo secundário o volume de amortizações efetuado pela UG 420801 (PERPART). Já com relação às amortizações da dívida externa, 100% delas foi efetuado pela UG 290301 (DAFE- SEFAZ).

No total, foram efetuadas amortizações pertinentes a 81 contratos de financiamento, sendo 73 de origem interna e 8 de origem externa.

<sup>20</sup> O total de amortizações empenhado pelo estado para quaisquer fins alcançou R\$ 405.118.846,93, mas parte desse total amortizou o principal financeiro de parcelamentos assumidos junto ao INSS (contribuições previdenciárias) e à Caixa Econômica (FGTS), não tendo sido contabilizados tais compromissos como Dívida Fundada, mas sim inseridos em meio ao grupo Financiamento / Refinanciamentos no Balanço Patrimonial.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

No que se refere às amortizações promovidas em 2011 pelo Estado, relativas à dívida contratual interna, destacam-se as seguintes, por contrato:

**Amortizações da dívida contratual interna, por contrato de financiamento em 2011**

Em R\$ 1,00

<b>Contrato(*)</b>	<b>Instituição</b>	<b>Referência</b>	<b>Amortizações em 2011</b>
1000	BNDES	BNDES - CONTRATO Nº 09.2.0583.1	34.500.999,96
1043	B Brasil	Tesouro Nacional - Rolagem Dívida Interna - Subcrédito CEF – Lei 8.727/93	77.596.403,95
1045	B Brasil	Tesouro Nacional - Rolagem Dívida Interna - Subcrédito BACEN	21.521.236,92
1277	B Brasil	Lei 9.496 (23/12/97)	98.704.300,89
1586	CEF	Dívida Imobiliária Vencida - Remanescente da extinta COHAB	65.288.839,18
Outros (68)			73.131.740,40
<b>Total</b>			<b>349.222.284,38</b>

**Fonte:** e-Fisco, contas contábeis 3.4.6.90.71.01. e 3.4.6.90.77.01.

**Nota:** (\*) número do contrato de registro no e-Fisco

As amortizações realizadas pela Secretaria da Fazenda referentes ao refinanciamento da dívida interna (Lei Federal nº 9.496/97)<sup>21</sup>, registrado no e-Fisco sob o nº 1277, permaneceram, em 2011, como as mais significativas face a relevância monetária do saldo devedor (R\$ 2,77 bilhões), o qual representa sozinho 44% do estoque de toda a dívida fundada contratual do Estado.

Já com relação às amortizações referentes à dívida externa, destacam-se:

**Amortizações da dívida contratual externa, por contrato de financiamento em 2011**

Em R\$ 1,00

<b>Contrato(*)</b>	<b>Instituição</b>	<b>Referência</b>	<b>Amortizações em 2011</b>
1097	BID	BID Empréstimo 642/OC - Contrato de 06/02/92 - Lei 10.615/91	10.517.000,92
1221	BIRD	BIRD Nº 4122 - BR - Contrato de 29/07/97 - Lei 11.434/97 - PRORURAL	7.798.151,35
1845	BID	BID PROMATA - Contrato de 05/06/02 - Lei 12.050/01	8.430.068,17
1961	BIRD	BIRD PROMETRÓPOLE - Nº 4690 - BR - Contrato de 23/07/03 - Lei 12.188/02	7.778.600,00
Outros (4)			12.190.008,70
<b>Total</b>			<b>46.713.829,14</b>

**Fonte:** e-Fisco, conta contábil 3.4.6.90.71.02. **Nota:** (\*) número do contrato de registro no e-Fisco

<sup>21</sup> Número de registro no e-Fisco.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

## Juros e Encargos

Os pagamentos dos juros e encargos da dívida contratual efetuados em 2011 totalizaram o montante de R\$ 305.444.095,44 sendo 96,3% referentes à dívida interna e os 3,7% restante referentes à dívida externa. O quadro a seguir discrimina esses pagamentos.

### Juros e Encargos da Dívida Contratual em 2011 Em R\$ 1,00

Discriminação	Total	%
Juros Internos <sup>22</sup>	291.826.958,50	95,54%
Juros Externos	6.218.137,00	2,04%
Outros Encargos Internos	7.321.023,63	2,40%
Outros Encargos Externos	77.976,31	0,03%
<b>Total</b>	<b>305.444.095,44</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** e-Fisco 2011; contas: 3.3.2.90.21.01 (parte), 3.3.2.90.21.02, 3.3.2.90.22.01 e 3.3.2.90.22.02.

Vistos os aspectos acima componentes da dívida (captações financeiras, amortizações, juros e encargos), verificou-se que o estoque total da dívida contratual da administração direta do Estado, ao final de 2011, após aplicados os índices inflacionários do exercício, manteve ordem de grandeza similar à da dívida ao final do exercício anterior (2010).

Por fim, deve-se registrar que o Estado atendeu aos limites definidos pelo Senado Federal no que tange à totalidade da dívida e à capacidade de pagamento do Estado, conforme melhor discorrido no Capítulo 8.

### 7.3.3. Provisão Atuarial

O grupo Provisão Atuarial é constituído unicamente das Provisões Matemáticas Previdenciárias. Essa provisão registra o passivo atuarial do Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco – FUNAFIN, tendo por objetivo evidenciar a obrigação atual do Estado para com os seus servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas.

Esta projeção é reavaliada anualmente por meio de Balanço Atuarial e considera cálculos atuariais para várias décadas adiante, sendo, portanto, uma obrigação de longo prazo, sujeita sempre a reestimativas quando da alteração de alíquotas previdenciárias ou de perfil do conjunto de servidores. Monetariamente, seu valor

---

<sup>22</sup> O total contabilizado na conta contábil 3.3.2.90.21.01 alcançou R\$ 298.138.733,67, mas a parcela de R\$ 6.311.775,17 serviu para pagamentos de juros de parcelamentos junto ao INSS, FGTS, REFIS/PAES, os quais não estão inseridos em meio à Dívida Fundada Contratual do estado, mas sim à conta Financiamentos/ Refinanciamentos constante do Balanço Patrimonial.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

representa o item mais representativo dentre as obrigações do Estado (R\$ 34,19 bilhões), vez que a participação do grupo contábil frente ao total de obrigações de todo o Estado ao final de 2011 era de 79,7%. Apenas para ilustrar, note-se que a Dívida Fundada contratual do Estado representou, na referida ocasião, 14,6% (portanto, as provisões previdenciárias têm valor contábil cinco vezes maiores que o da dívida contratual).

Tal relevância é justificada no fato de que o grupo Provisões Atuariais ilustra compromissos que avançam 75 anos sobre o exercício financeiro de 2011, enquanto que os demais elementos passivos colacionados possuem exigibilidade média inferior a esse período.

As considerações sobre o passivo atuarial serão melhor discorridas no item 10 deste relatório.

#### **7.4 Cronograma de ações para a adoção dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos**

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN com o objetivo de padronizar os procedimentos contábeis nos três níveis de governo, dar orientação e apoio à gestão patrimonial na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborar demonstrações contábeis consolidadas e padronizadas com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, assim como proporcionar maior transparência sobre as contas públicas, estabeleceu que cada Ente da federação divulgasse, até 30 de junho de 2012, um cronograma de ações para a adoção dos procedimentos contábeis Patrimoniais e Específicos que deverão ser adotados até 2014.

Atendendo à determinação da STN, o Estado de Pernambuco divulgou juntamente com o Balanço Geral do Estado o referido cronograma o qual se encontra às páginas 605 e 606 (demonstrativo de atendimento à Portaria STN nº 828/2011).